

Sumário

Prefácio.....	xix
Nota dos Autores à Primeira Edição.....	xxiii
1. Evolução da Estrutura Familiar: da Unidade à Pluralidade.....	1
1.1. Uma adequada perspectiva de análise.....	1
1.2. Da família romana à família codicista.....	3
1.3. Fatos que desmentiram os códigos.....	12
1.4. Família: atual semântica e reconhecimento constitucional.....	20
2. Critérios Hermenêuticos para uma Interpretação Adequada do Direito das Famílias.....	33
2.1. Identificando um pressuposto.....	33
2.1.1. A importância e a deficiência do positivismo jurídico.....	33
2.1.2. O pós-positivismo: a inserção dos valores e seus problemas.....	36
2.1.3. Um provisório pressuposto.....	42
3. Princípios de Direito das Famílias.....	45
3.1. Nota prévia.....	45
3.2. Princípio do livre desenvolvimento da personalidade.....	45
3.3. Princípio da afetividade (?).....	49
3.4. Princípio da pluralidade de entidades familiares.....	51
3.5. Princípio da monogamia (?).....	54
3.6. Princípio da solidariedade.....	57
3.7. Princípio da igualdade.....	60
3.8. Princípio da proteção especial.....	65
4. Famílias Possíveis.....	69
4.1. Constituição familiar como direito fundamental.....	69
4.2. Exemplos de entidade familiar.....	72
4.2.1. Casamento.....	72
4.2.2. União estável.....	74
4.2.3. Família monoparental.....	75
4.2.4. Família recomposta.....	76
4.2.5. Família homoafetiva.....	79
4.2.6. Família simultânea.....	81
4.2.7. Família anaparental.....	83

5.	Relações Familiares	87
5.1.	Noções gerais	87
5.2.	Vínculo conjugal ou de companheirismo	88
5.3.	Parentesco.....	89
5.3.1.	Definição.....	89
5.3.2.	Linhas e graus de parentesco.....	92
5.3.3.	Contagem de graus de parentesco.....	93
5.4.	Afinidade	96
5.5.	Jurisprudência sumulada.....	100
5.6.	Enunciados do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.....	100
6.	Casamento	103
6.1.	Aspectos gerais do casamento: de instituição à entidade familiar	103
6.2.	Natureza jurídica do casamento	106
6.2.1.	Teoria Contratualista	106
6.2.2.	Teoria Institucionalista	107
6.2.3.	Teoria mista, híbrida ou eclética.....	108
6.2.4.	A teoria mais adequada.....	108
6.3.	Características do casamento.....	110
6.3.1.	Liberdade na escolha do nubente.....	110
6.3.2.	Ato personalíssimo	111
6.3.3.	Solenidade.....	111
6.3.4.	Diversidade de sexos	111
6.3.5.	União permanente.....	115
6.3.6.	União exclusiva	115
6.3.7.	Dissolubilidade	116
6.3.8.	Regido por normas de ordem pública.....	116
6.4.	Finalidades do casamento	117
6.5.	Esponsais (promessa de casamento).....	118
6.5.1.	Devolução dos presentes.....	119
6.6.	Casamentos civil e religioso.....	119
6.6.1.	Casamento civil	121
6.6.2.	Casamento religioso com efeito civil.....	121
6.7.	Capacidade para o casamento.....	122
6.7.1.	Casamento de Militares	124
6.7.2.	Casamento dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro.....	125
6.8.	Impedimentos matrimoniais.....	126
6.8.1.	Legitimidade e prazo para opor os impedimentos matrimoniais....	129
6.9.	Causas suspensivas.....	130
6.9.1.	Levantamento das causas suspensivas	131
6.9.2.	Legitimidade e prazo para opor as causas suspensivas.....	132
6.10.	Forma de oposição dos impedimentos e das causas suspensivas	132
6.10.1.	Duração da suspensão do casamento	133
6.11.	Habilitação para o casamento.....	134
6.12.	Celebração do casamento.....	135
6.12.1.	Suspensão da cerimônia.....	137

6.13. Formas excepcionais de casamento.....	138
6.13.1. Casamento em caso de moléstia grave.....	138
6.13.2. Casamento nuncupativo (em viva voz) ou <i>in extremis vitae momentis</i> ou <i>in articulo mortis</i>	138
6.13.3. Casamento por procuração.....	141
6.13.4. Casamento coletivo.....	143
6.14. Das provas do casamento.....	143
6.14.1. Prova do casamento realizado no exterior.....	145
6.15. Teoria das invalidades.....	146
6.15.1. Aspectos gerais e espécies de invalidades.....	146
6.15.2. Invalidades matrimoniais: inserção na teoria geral e peculiaridades..	148
6.15.3. Casamento inexistente.....	150
6.15.4. Casamento nulo.....	153
6.15.4.1. Legitimidade e prazo para requerer a nulidade do casamento.....	158
6.15.5. Casamento anulável.....	158
6.15.5.1. Legitimidade e prazo para requerer a anulabilidade do casamento.....	161
6.15.6. Casamento Putativo.....	163
6.15.6.1. Momento em que se reclama a boa-fé para os efeitos da putatividade.....	165
6.15.6.2. Putatividade no casamento inexistente.....	166
6.16. Efeitos jurídicos do casamento.....	166
6.16.1. Efeitos sociais do casamento.....	166
6.16.2. Efeitos pessoais do casamento.....	168
6.16.3. Efeitos patrimoniais do casamento.....	174
6.17. Jurisprudência sumulada.....	175
6.18. Enunciados do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.....	175
7. Regime de Bens.....	177
7.1. Aspectos gerais.....	177
7.2. Pacto antenupcial.....	180
7.2.1. Pacto antenupcial feito por menor.....	183
7.3. Mutabilidade justificada do regime de bens na constância do casamento....	184
7.4. Regimes de bens tipificados no Código Civil.....	188
7.4.1. Regime de separação de bens.....	188
7.4.1.1. Regime de separação de bens legal, cogente ou obrigatório..	189
7.4.1.1.1. Regime de separação de bens legal, cogente ou obrigatório das pessoas que contraírem o casamento com inobservância das causas suspensivas da sua celebração.....	189
7.4.1.1.2. Regime de separação de bens legal, cogente ou obrigatório para a pessoa maior de sessenta anos..	191
7.4.1.1.3. Regime de separação de bens legal, cogente ou obrigatório de todos os que dependerem, para casar, de suprimento judicial.....	195

7.4.1.1.4. Mutabilidade justificada do regime de separação de bens legal, cogente ou obrigatório	196
7.4.1.1.5. Regime de separação de bens legal, cogente ou obrigatório e a Súmula 377 do STF	197
7.4.1.1.6. A possibilidade de adoção do regime de separação de bens convencional nas hipóteses de separação de bens legal, cogente ou obrigatório	199
7.4.1.1.7. Regime de separação de bens legal, cogente ou obrigatório e doação entre cônjuges	200
7.4.1.1.8. Exemplo prático de aplicação das regras do regime de separação de bens legal, cogente ou obrigatório	202
7.4.1.2. Regime de separação de bens convencional	204
7.4.1.2.1. Regime de separação convencional de bens e alimentos	206
7.4.1.2.2. Exemplo prático de aplicação das regras do regime de separação de bens convencional	206
7.4.2. Regime de comunhão parcial de bens	207
7.4.2.1. Bens que não se comunicam na comunhão parcial	207
7.4.2.2. Bens que se comunicam na comunhão parcial	215
7.4.2.3. Administração dos bens no regime de comunhão parcial	218
7.4.2.4. Exemplo prático de aplicação das regras do regime de comunhão parcial de bens	219
7.4.3. Regime de comunhão universal de bens	220
7.4.3.1. Bens que não se comunicam na comunhão universal	220
7.4.3.2. Administração dos bens no regime de comunhão universal ..	223
7.4.3.3. Exemplo prático de aplicação das regras do regime de comunhão universal de bens	224
7.4.4. Regime de participação final de aquestos	225
7.4.4.1. Diferenças existentes entre o regime de participação final nos aquestos, o regime de comunhão parcial de bens e o regime de separação de bens	227
7.4.4.2. Regras próprias do regime de participação final nos aquestos ..	230
7.4.4.3. Exemplo prático de aplicação das regras do regime de participação final nos aquestos	234
7.4.4.4. Administração dos bens (regras gerais) e vênias conjugais (outorga uxória e outorga marital)	235
7.5. Cessação dos efeitos do regime de bens	240
7.6. Venda de bens entre cônjuges	243
7.7. Regime de bens e sociedade entre os cônjuges	243
7.8. Teoria da disregard	245
7.9. Regime de bens nos casamentos precedidos de união estável	247
7.10. Regime de bens, meação e sucessão	247
7.11. Execução e defesa da meação	249

7.12. Jurisprudência sumulada.....	252
7.13. Enunciados do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.....	253
8. Separação e Divórcio.....	257
8.1. Formas de dissolução da sociedade e do vínculo conjugal.....	257
8.2. Separação de fato.....	258
8.3. Separação e divórcio: crítica ao sistema dual.....	259
8.4. Separação judicial litigiosa.....	262
8.4.1. Separação judicial litigiosa com culpa (sanção).....	262
8.4.1.1. A inconveniência da busca de um culpado na dissolução da sociedade conjugal.....	263
8.4.1.2. Pode existir um culpado na dissolução da sociedade conjugal?.....	264
8.4.1.3. Os efeitos da culpa de acordo com o Código Civil.....	265
8.4.1.3.1. Divisão do património na separação com culpa de acordo com o Código Civil.....	266
8.4.1.3.2. A guarda dos filhos na separação com culpa de acordo com o Código Civil.....	266
8.4.1.3.3. O nome do cônjuge na separação com culpa de acordo com o Código Civil.....	268
8.4.1.3.4. Os alimentos na separação com culpa de acordo com o Código Civil.....	269
8.4.1.4. O abandono da discussão da culpa na dissolução da sociedade conjugal: princípio da ruptura ou da deterioração factual.....	270
8.4.1.5. Consequências práticas da adoção do princípio da ruptura ou da deterioração factual.....	275
8.4.1.5.1. O nome do cônjuge na separação judicial diante da aplicação do princípio da ruptura ou da deterioração factual.....	275
8.4.1.5.2. Os alimentos na separação judicial diante da aplicação do princípio da ruptura ou da deterioração factual.....	276
8.4.3. Separação judicial litigiosa remédio.....	277
8.4.3.1. Possibilidade de efeito patrimonial negativo na separação remédio.....	278
8.4.3.2. A revogação da cláusula de dureza nas separações falência e remédio.....	278
8.5. Separação consensual judicial e extrajudicial.....	279
8.5.1. Conteúdo da separação consensual.....	280
8.6. Divórcio.....	282
8.6.1. Legitimação nas ações de separação e divórcio.....	284
8.6.2. Da proteção da pessoa dos filhos.....	284
8.7. Separação e divórcio consensuais extrajudiciais – Lei nº 11.441/07.....	285
8.7.1. Reflexos da Lei nº 11.441/07 no procedimento judicial de separação e divórcio.....	288

8.8.	A autonomia privada exercida conjuntamente pelos cônjuges na dissolução da sociedade conjugal e do vínculo conjugal.....	289
8.8.1.	Limites ao exercício da autonomia privada na dissolução da sociedade conjugal.....	291
8.10.	Jurisprudência sumulada.....	293
8.11.	Enunciados do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.....	294
9.	União Estável	297
9.1.	Da ignorância à relevância: considerações sobre o percurso de reconhecimento legal da união estável.....	297
9.2.	Pressupostos legais de configuração da união estável.....	303
9.2.1.	Identificando a definição legal vigente.....	303
9.2.2.	Pressupostos subjetivos.....	304
9.2.2.1.	Diversidade de sexos.....	304
9.2.2.2.	Inexistência de impedimentos matrimoniais.....	308
9.2.2.3.	Objetivo de constituir família.....	317
9.2.3.	Pressupostos objetivos.....	319
9.2.3.1.	Estabilidade.....	319
9.2.3.2.	Ostensibilidade.....	325
9.3.	Efeitos da união estável.....	327
9.3.1.	Efeitos de ordem pessoal.....	328
9.3.1.1.	Direitos e deveres dos companheiros.....	328
9.3.1.2.	Direito ao acréscimo de patronímico.....	329
9.3.1.3.	Estado civil.....	331
9.3.2.	Efeitos de ordem patrimonial na união estável.....	334
9.3.2.1.	Regime de bens.....	334
9.3.2.2.	Contrato de convivência.....	337
9.3.3.	Conversão da união estável em casamento.....	339
9.5.	Enunciados do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.....	342
10	Família Monoparental	345
10.1.	Conceito.....	345
10.2.	Origens.....	348
10.3.	Tutela constitucional: compreensão.....	357
10.4.	Efeitos particulares.....	360
10.5.	Biparentalidade: direito fundamental?.....	362
11.	Filiação	367
11.1.	Evolução de critérios atuais.....	367
11.1.1.	Conflito aparente entre as paternidades/maternidades possíveis..	379
11.1.2.	Multiparentalidade: por que não?.....	381
11.1.3.	Crítério jurídico de filiação segundo o Código Civil.....	383
11.1.4.	Crítério socioafetivo de filiação e posse de estado paterno ou materno-filial: sutil distinção.....	389
11.2.	Filiação e origem genética: a distinção de dois direitos.....	392
11.3.	Adoção.....	395

11.4. Parto anônimo	403
11.5. Jurisprudência sumulada.....	410
11.6. Enunciados do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.....	411
12. Alimentos.....	415
12.1. Fundamentação jurídica.....	415
12.2. Alimentos legítimos	415
12.2.1. Características dos alimentos legítimos	418
12.2.1.1. Direito personalíssimo	419
12.2.1.2. Variabilidade.....	420
12.2.1.3. Reciprocidade	421
12.2.1.4. Alternatividade do conteúdo das prestações alimentares ..	422
12.2.1.5. Irrenunciabilidade	422
12.2.1.6. Irrestituibilidade ou irrepetibilidade.....	424
12.2.1.7. Divisibilidade	425
12.2.1.8. Imprescritibilidade	426
12.2.1.9. Transmissibilidade sucessória sui generis da prestação....	426
12.2.2. Alimentos naturais e civis	432
12.2.3. Dever de sustento e obrigação alimentar	433
12.2.3.1. Dever de sustento.....	433
12.2.3.2. Obrigação alimentar.....	434
12.2.3.3. Presunções de necessidade e de possibilidade: absolutas ou relativas?	434
12.2.4. Alimentos entre ex-cônjuges.....	439
12.2.5. Alimentos entre ex-companheiros.....	441
12.2.6. Prestação compensatória - o Direito francês como referência.....	442
12.2.7. Alimentos transitórios	447
12.2.8. Obrigação alimentar em face da nova união do ex-cônjuge ou ex-companheiro.....	449
12.2.9. Procedimento indigno como causa de cessação da obrigação ali- mentar	449
12.2.10. Alimentos gravídicos.....	450
12.2.11. Alimentos para o idoso	452
12.2.12. Alimentos entre tios, sobrinhos e primos.....	453
12.2.13. Alimentos intuitu familiae e intuitu personae	454
12.2.14. Alimentos definitivos, provisórios e provisionais	456
12.2.15. Base de incidência dos alimentos	457
12.2.16. Alimentos e salário-mínimo	458
12.2.17. Alimentos e prestação de contas	459
12.2.18. Cobrança dos alimentos legítimos.....	461
12.2.18.1. Cumprimento de sentença e execução por quantia certa contra devedor solvente	461
12.2.18.2. Coação pessoal	463
12.2.18.2.1. Execução sob pena de prisão de título execu- tivo extrajudicial	464
12.2.18.2.2. Agravo ou <i>habeas corpus</i> ?	465

12.3. Alimentos estabelecidos em razão de uma declaração de vontade.....	467
12.4. Alimentos decorrentes de ato ilícito.....	469
12.5. Jurisprudência sumulada.....	470
12.6. Enunciados do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.....	471
13. Poder Familiar	473
13.1. Definição e noções gerais.....	473
13.2. Conteúdo e exercício do poder familiar.....	475
13.2.1. Em relação à pessoa dos filhos.....	475
13.2.2. Em relação ao patrimônio dos filhos.....	485
13.3. Extinção, perda e suspensão do poder familiar.....	487
13.4. Guarda parental compartilhada: modelo adequado a comum titularidade do poder familiar.....	492
13.5. Síndrome de alienação parental.....	499
13.6. Jurisprudência sumulada.....	505
13.7. Enunciados do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.....	506
14. Tutela	509
14.1. Definição e diferenciações.....	509
14.2. Causas da tutela.....	510
14.3. Espécies de tutela.....	511
14.3.1. Tutela testamentária.....	512
14.3.2. Tutela legítima.....	516
14.3.3. Tutela dativa.....	517
14.4. Impedimentos e escusas à nomeação de tutor.....	518
14.5. Conteúdo e exercício da tutela.....	524
14.6. Extinção da tutela.....	528
14.7. Jurisprudência sumulada.....	530
14.8. Enunciado do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.....	530
15. Curatela	531
15.1. Noções gerais e diferenciações.....	531
15.2. Definição da curatela e causas de interdição.....	532
15.3. Espécies de curatela: total ou parcial.....	536
15.4. Ação judicial e sentença de interdição.....	539
15.5. Exercício e conteúdo da curatela.....	542
15.6. Curatela do nascituro, do enfermo e do portador de deficiência física.....	545
15.7. Extinção da curatela.....	548
15.8. Jurisprudência sumulada.....	548
15.9. Enunciado do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.....	549
16. Bem de Família	551
16.1. Noções gerais e fundamentos.....	551
16.2. Definição e terminologia.....	554

16.3. Espécies	556
16.3.1. Bem para tutela pessoal legal.....	557
16.3.2. Bem para tutela pessoal voluntário	561
16.4. Jurisprudência sumulada.....	566
17. Responsabilidade Civil nas Relações Familiares.....	567
17.1. Responsabilidade civil: aspectos gerais	567
17.2. Esponsais e responsabilidade civil no rompimento de noivado	568
17.3. Responsabilidade civil no casamento e na união estável.....	572
17.3.1. Posições doutrinárias a respeito da responsabilidade civil no casamento e na união estável.....	572
17.3.2. Critérios para a responsabilização civil do cônjuge ou do companheiro	573
17.4. Responsabilidade civil nas relações paterno-filiais	577
17.4.1. Panorama doutrinário e jurisprudencial da reparação por dano afetivo nas relações paterno-filiais.....	579
17.4.2. Incongruências da responsabilidade civil por dano afetivo nas relações paterno-filiais	584
17.4.2.1. Ato ilícito culposo	585
17.4.2.2. Dano	587
17.4.2.3. Nexo causal	588
17.4.3. A possibilidade de aplicação da responsabilidade civil nas relações paterno-filiais	589
17.4.4. O Projeto de Lei PLS 700/2007	591
17.5. O Direito não é capaz de resolver a falta de afeto	592
17.6. Jurisprudência sumulada.....	594
17.7. Enunciados do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.....	594
18. Mediação Familiar	597
18.1. Mediação: conceituação e distinções necessárias	597
18.2. A atuação deficiente do Estado na solução dos conflitos familiares	600
18.3. Especificidades dos conflitos familiares.....	601
18.4. Mediação e autonomia privada.....	604
18.5. Mediação aplicada ao direito das famílias.....	606
18.6. Enunciado do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.....	610
Referências	611